



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO POSTO AVANÇADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE ITAQUI

Aos 16 dias do mês de agosto de 2016, compareceu à sede do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004084-52.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pela Assistente-Chefe do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui, Margaret Leonora Kayser, e pelo servidor Leandro Fraga Bergmann. Com base nas informações prestadas pela Gestora, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação do Posto Avançado:** 06.12.1996

**Data da última correição realizada:** 04.08.2015

**Data da Implantação do PJe:** 03.09.2015

**Jurisdição:** Itaqui; Maçambará

**1.1 Período Correcionado:** de 1º.01.2015 a 16.08.2016

### 2 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

Juiz (a)	Situação	Período
Adair João Magnaguagno	Juiz Titular	Desde 28.11.2014

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 04.08.2016)

#### 2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de São Borja pertence à 101ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição tem regime de lotação singular.

#### 2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Adair João Magnaguagno	Desde 28.11.2014	Juiz Titular	01 ano, 08 meses e 19 dias



2	Denilson da Silva Mroginski (Juiz do Trabalho Substituto)	20.07 a 02.08.2015	Atuou em razão das férias do Juiz Titular	13 dias
		18.07 a 31.07.2016	Atuou em razão das férias do Juiz Titular	14 dias
3	Jaqueline Maria Menta (Juíza do Trabalho Substituta)	07.01 a 09.02.2016	Atuou em razão das férias do Juiz Titular	01 mês e 03 dias
4	Fernando Formolo (Juiz Titular da VT de Santiago)	11.07 a 17.07.2016	Atuou em razão das férias do Juiz Titular	07 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 04.08.2016)

#### 2.1.4 Afastamentos dos Juizes Titulares durante o Período Correcionado

Juiz (a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Adair João Magnaguagno	Férias	07.01 a 05.02.2015	30 dias
		Férias	20.07 a 02.08.2015	14 dias
		Férias	07.01 a 09.02.2016	34 dias
		Férias	11.07 a 31.07.2016	21 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 04.08.2016)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Considerando o que consta no Provimento CGJT nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da CGJT realizada na 4ª Região em 2015, e ainda conforme os Processos Administrativos nº 0003511-48.2015.5.04.0000 e nº 0004510-98.2015.5.04.0000, restou determinado, dentre outros aspectos, que a lotação de pessoal ocorrerá exclusivamente em Vara do Trabalho quando na circunscrição houver Posto Avançado.

Assim, os servidores anteriormente lotados em Postos Avançados vinculados à Vara única foram relatados na respectiva Vara, e os servidores lotados em Postos vinculados a Foro Trabalhista com mais de uma Unidade Judiciária, foram distribuídos proporcionalmente entre as Varas pertencentes àquele Foro. Desta forma, cada Posto Avançado funcionará com servidores lotados em Vara que estarão à disposição da unidade vinculada.

No entanto, caso os Postos Avançados contem com Analistas Judiciários – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, tais servidores permanecerão lotados na Vara Única ou na Central de Mandados, conforme o caso.



Apresenta-se na tabela a seguir a lista de pessoal lotado na Vara do Trabalho de São Borja e colocado à disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaquí.

<b>Servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaquí</b>				
	<b>Servidor (a)</b>	<b>Cargo</b>	<b>Função</b>	<b>Lotação</b>
1	Margaret Leonora Kayser	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente Chefe de Posto (FC05)</b>	02.12.2009
2	Leandro Fraga Bergmann	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente FC02</b>	19.05.2014
3	Janice Dal Santo Da Ros*	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente FC02</b>	07.01.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.07.2016)

\* A servidora Janice Dal Santo da Ros, muito embora esteja lotada no Posto, trabalha na Vara de São Borja.

No posto de Itaquí estão trabalhando apenas dois servidores e um estagiário.

## **2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT**

A padronização da Estrutura de Pessoal encontra-se informada na ata de correição da Vara do Trabalho de São Borja.

## **2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correccionado**

Os afastamentos dos servidores à disposição do Posto Avançado de Itaquí podem ser consultados na ata de correição da Vara do Trabalho São Borja, conforme a respectiva lotação informada na tabela do item 2.2.1.

## **2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado**

Não houve adesão à greve dos servidores lotados na unidade correccionada.

## **2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado**

A movimentação de servidores encontra-se disponível para consulta na ata de correição da Vara do Trabalho de São Borja.

## **2.2.6 Estagiários**

<b>Estagiário (a)</b>	<b>Curso em Andamento</b>	<b>Período</b>
-----------------------	---------------------------	----------------



1	Cristhian Matos Costa	Administração	23.02.2015 a 22.08.2016
---	-----------------------	---------------	-------------------------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.07.2016)

### **3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

#### **3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE**

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em que pese se tratar de Posto Avançado cujos processos estão vinculados à Vara do Trabalho de São Borja, para fins de análise de desempenho, a Unidade foi enquadrada na faixa de movimentação processual de até 500 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com até 500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Arroio Grande - 01a Vara	346	360	291	332,33
Rosário do Sul - 01a Vara	343	361	294	332,67
<b>Itaqui - Posto Avançado</b>	<b>287</b>	<b>228</b>	<b>242</b>	<b>252,33</b>
Santa Vitória do Palmar - 01a Vara	391	455	556	467,33
Santiago - 01a Vara	459	429	500	462,67
Geral Unidades	1.539	1.833	1.883	369,47

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

#### **3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até junho)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	276	300	8,70%	267	-11,00%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	64	39	-39,06%	36	-7,69%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Pendentes de finalização na fase de execução***	382	382	0,00%	421	10,21%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	12	31	158,33%	25	-19,35%
<b>Total</b>	<b>734</b>	<b>752</b>	<b>2,45%</b>	<b>749</b>	<b>-0,40%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

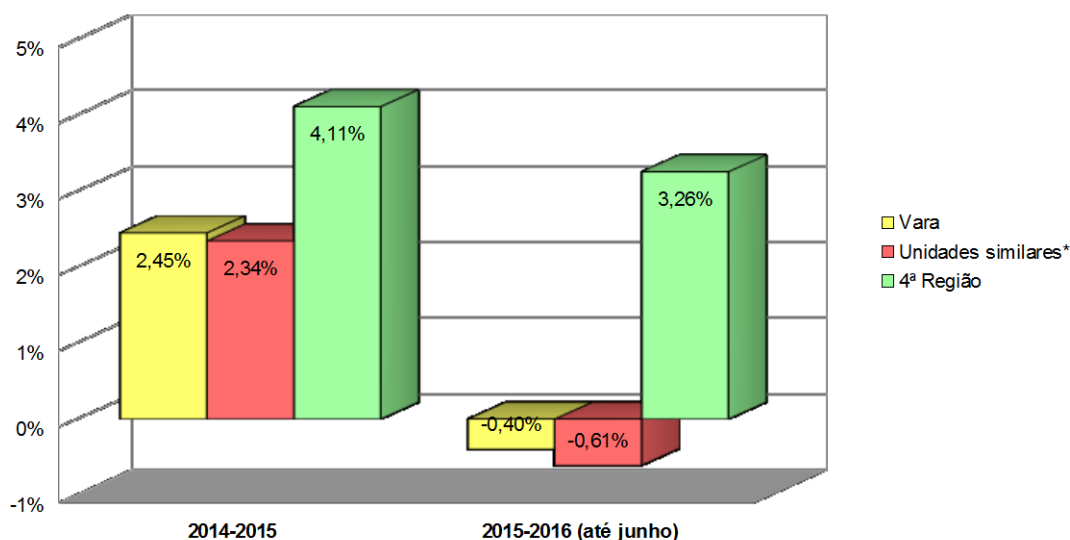
\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve majoração de 2,45% no total de processos tramitando na Unidade Judiciária. A variação no acervo de processos no Posto Avançado de Itaquí em 2015 foi menor que o resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação média de 4,11% no estoque de processos em tramitação. No primeiro semestre de 2016, no entanto, o estoque de processos tramitando sofreu queda de 0,40%, índice abaixo da média regional no período, mas similar ao desempenho das Unidades Jurisdicionais de mesmo porte, consoante aponta o gráfico abaixo:

Varição do acervo de processos tramitando





### 3.3 FASE DE CONHECIMENTO

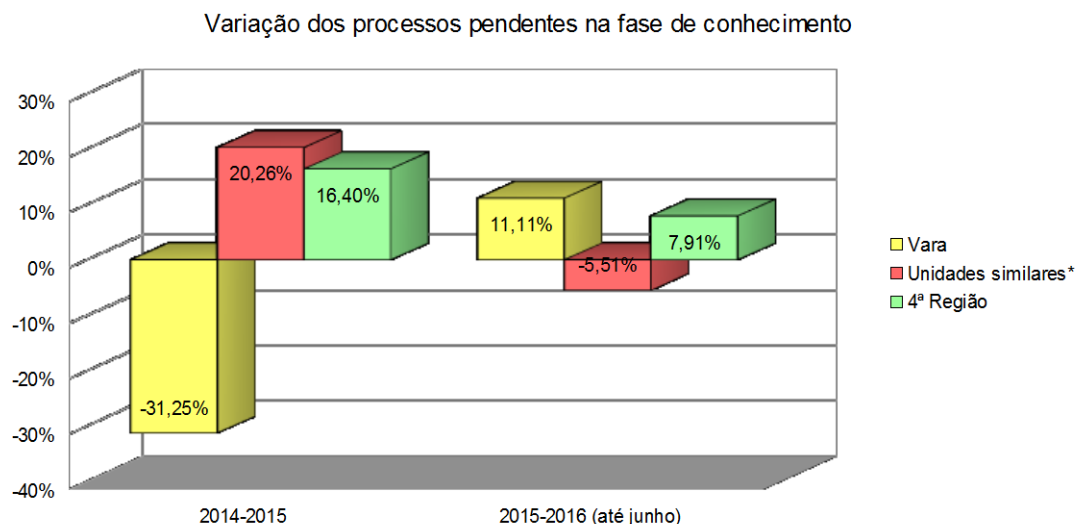
#### 3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até junho)	Variação 2015-2016
Casos novos	228	242	6,14%	113	-53,31%
Sentença Anulada/Reformada	0	0	Não aplicável	0	Não aplicável
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	217	280	29,03%	104	-62,86%
Processos pendentes de solução	<b>144</b>	<b>99</b>	<b>-31,25%</b>	<b>110</b>	<b>11,11%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

**\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito**

No ano de 2015, registrou-se uma redução de 31,25% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 144 para 99 processos) – índice bastante melhor que o verificado em toda a 4ª Região em 2015, na qual o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%. O principal fator que contribuiu para essa redução no estoque foi um aumento de 29% no número de processos solucionados em relação ao período anterior.



Ainda, quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual em 31.12.2015. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015, houve redução em



70,59% dos processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido, consoante se pode observar das especificações constantes no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até junho)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	51	24	-52,94%	30	25,00%
Aguardando encerramento da instrução	62	60	-3,23%	51	-15,00%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	14	10	-28,57%	17	70,00%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	17	5	-70,59%	12	140,00%
<b>TOTAL</b>	<b>144</b>	<b>99</b>	<b>-31,25%</b>	<b>110</b>	<b>11,11%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

### 3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos\* e em relação aos pendentes de julgamento\*\*

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até abril)	Variação 2015-2016
Itaqui - Posto Avançado	95,18%	115,70%	21,57%	92,04%	-20,46%
Unidades similares*	78,83%	81,09%	2,87%	97,35%	20,05%
TRT4 - 1ª Instância	85,93%	89,11%	3,71%	89,05%	-0,07%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

\* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 115,70% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 21,57% em relação ao índice do ano anterior. O desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao das unidades de porte semelhante e à média geral do TRT da 4ª Região em 34,61 e 26,59 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até abril)	Variação 2015-2016
Itaqui - Posto Avançado	60,11%	72,54%	20,68%	49,06%	-32,37%
Unidades similares*	64,37%	62,94%	-2,21%	56,57%	-10,12%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,11%	38,53%	-30,20%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

\*\* Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]



Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pelo Posto Avançado de Itaquí foi de 72,54% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 20,68% superior ao verificado em 2014. Tal desempenho foi superior ao das unidades da mesma faixa de movimentação processual e à média de toda a 4ª Região em 9,6 e 17,3 pontos percentuais, respectivamente.

### 3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 30.06)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	115	53	153	54,64	58	55,77
	Julgado procedente	4	1,84	2	0,71	0	0
	Julgado procedente em parte	67	30,88	69	24,64	31	29,81
	Julgado improcedente	14	6,45	31	11,07	7	6,73
	Extinto	0	0	3	1,07	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>200</b>	<b>92,17</b>	<b>258</b>	<b>92,14</b>	<b>96</b>	<b>92,31</b>
Sem exame de mérito	Extinto	6	2,76	9	3,21	4	3,85
	Arquivamento (art. 844 CLT)	6	2,76	5	1,79	2	1,92
	Desistência	1	0,46	6	2,14	2	1,92
	Outras decisões	4	1,84	2	0,71	0	0
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>17</b>	<b>7,83</b>	<b>22</b>	<b>7,86</b>	<b>8</b>	<b>7,69</b>
<b>TOTAL</b>	<b>217</b>	<b>100</b>	<b>280</b>	<b>100</b>	<b>104</b>	<b>100</b>	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

No ano de 2015, verificou-se um aumento de 63 processos solucionados na Unidade Judiciária, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 29,03% no cotejo com o resultado do ano anterior. Esse desempenho se mostra acima da média observada na 4ª Região que, em 2015, apresentou uma aumento médio de 8,18% no número de processos solucionados, bem como à média apresentada por unidades similares, que observou variação negativa de 5,53%, conforme especificações do quadro abaixo:

	Variação média processos solucionados		Variação média solucionados com resolução de mérito (sem conciliações)	
	2014-2015	2015-2016	2014-2015	2015-2016
Vara	29,03%	-62,86%	Vara	23,53%
				-63,81%





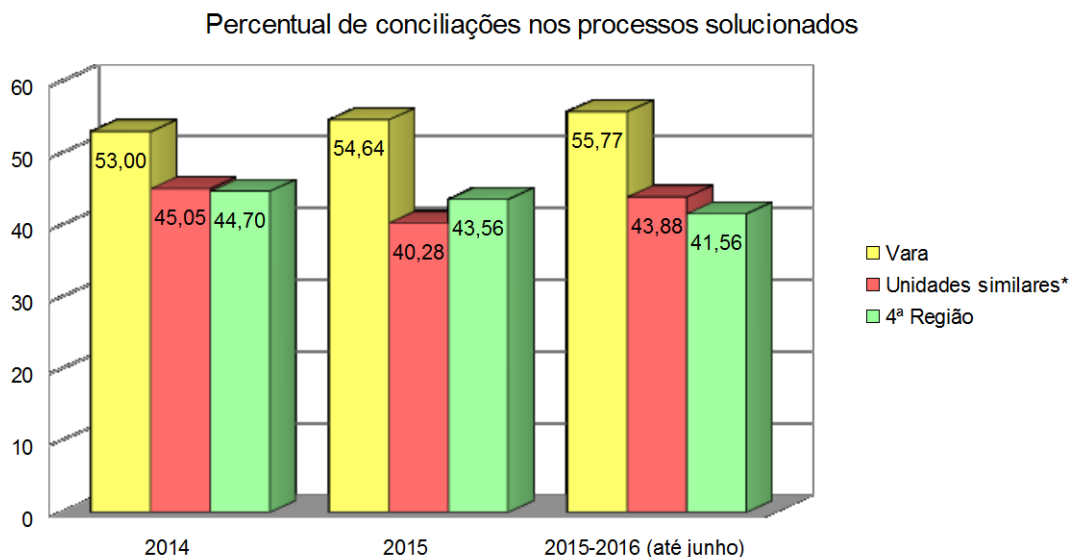
Unidades similares*	-5,53%	-37,07%	Unidades similares*	13,76%	-47,58%
4ª Região	8,18%	-45,50%	4ª Região	7,56%	-45,40%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.07.2016)

Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 85 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 105 decisões, representando um aumento de 23,53%. O desempenho da Unidade nesse quesito foi superior à média geral do TRT4, a qual registrou um aumento de 7,56% no número de decisões com resolução de mérito.

Da mesma forma, os números evidenciam uma ampliação no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 115, representando 53% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações aumentou para 153, correspondendo a 54,64% das soluções na fase de conhecimento. O resultado das conciliações, em termos percentuais, foi superior ao verificado em toda a 4ª Região, cuja média nesse quesito totalizou 43,56% no período.

Por fim, constata-se que, no corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 55,77%, resultado acima da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



### 3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.4.1 Processos pendentes de liquidação

#### Liquidações



	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até junho)	Variação 2015-2016
<b>Iniciadas</b>	82	40	-51,22%	26	-35,00%
<b>Encerradas</b>	27	56	107,41%	28	-50,00%
<b>Pendentes</b>	<b>61</b>	<b>39</b>	<b>-36,07%</b>	<b>36</b>	<b>-7,69%</b>
<b>Em arquivo provisório</b>	2	1	-50,00%	1	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.07.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 61, em 2014, para 39, em 2015, importando em uma redução de 36,07%. Esse desempenho foi bastante superior àquele verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação, em direção oposta, subiu de 27.239, em dezembro de 2014, para 28.935, em dezembro de 2015 (aumento médio de 5,9%).

Os principais motivos para essa redução foram a diminuição de 51,22% no número de liquidações iniciadas na Unidade, associada ao aumento de 107,41% nas liquidações encerradas.

### 3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até junho)	Variação 2015-2016
Itaqui - Posto Avançado	32,93%	140,00%	325,19%	107,69%	-23,08%
Unidades similares*	96,76%	83,57%	-13,63%	103,54%	23,90%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	89,52%	1,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 140% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se um aumento aproximado de 325% em relação ao índice do ano anterior. Este resultado foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 56,43 e 51,57 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até junho)	Variação 2015-2016
Itaqui - Posto Avançado	30,68%	55,45%	80,71%	43,08%	-22,31%
Unidades similares*	59,97%	50,76%	-15,35%	46,15%	-9,08%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	40,91%	-24,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.07.2016)



\*\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pelo Posto Avançado de Itaquí em 2015 foi de 55,45% do número total de liquidações a encerrar – resultado 80,71% superior ao verificado em 2014. Esse desempenho foi similar à média geral do TRT4, mas acima da média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em cerca de 4,69 pontos percentuais.

### 3.5 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até junho)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	49	90	83,67%	58	-35,56%
	Desarquivadas para prosseguimento	146	11	-92,47%	1	-90,91%
Saídas	Encerradas	60	81	35,00%	17	-79,01%
	Arquivadas Provisoriamente	13	8	-38,46%	4	-50,00%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	3	1	-66,67%	0	-100,00%
	Demais	159	168	5,66%	205	22,02%
	<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>169</b>	<b>4,32%</b>	<b>205</b>	<b>21,30%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		156	161	3,21%	160	-0,62%

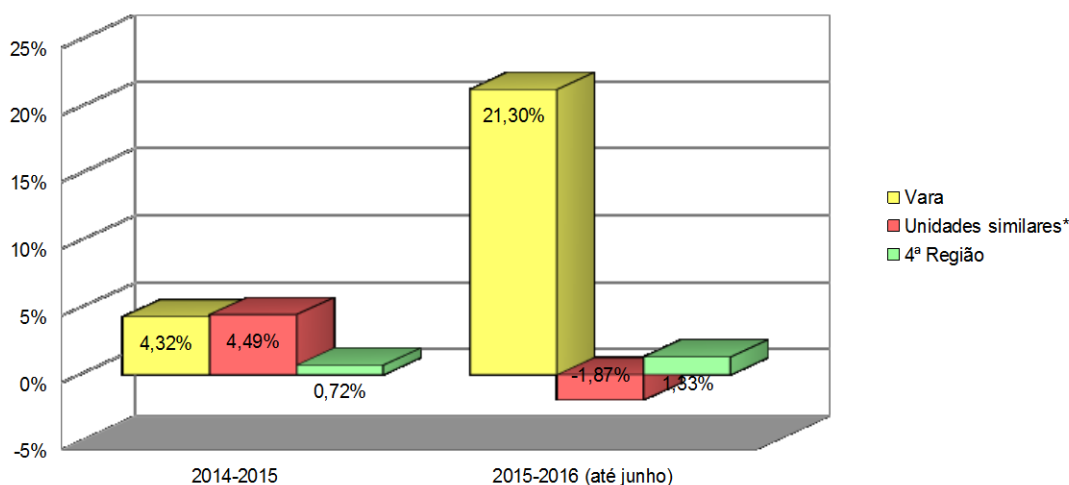
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

Entre os anos de 2014 e 2015, o estoque de execuções pendentes no Posto Avançado de Itaquí sofreu elevação 4,32%, o que equivale, em números, a 7 processos. Constata-se uma considerável redução no número de desarquivamentos para prosseguimento, de 146 para apenas 11 processos, bem como uma elevação significativa (83,67%) no número de execuções iniciadas, de 49 para 90 processos, fator esse que pode ser apontado como causa principal para o avanço do estoque processual.

Por sua vez, os dados colhidos até 30.06.2016 apontam uma elevação de 21,3% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado acima da média regional no mesmo período, que apresentou um aumento de apenas 1,33% no número de execuções pendentes.



Varição dos processos pendentes na fase de execução



### 3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até junho)	Varição 2015-2016
Itaqui - Posto Avançado	122,45%	90,00%	-26,50%	29,31%	-67,43%
Unidades similares*	91,91%	89,72%	-2,38%	66,08%	-26,35%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	71,19%	-11,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

\* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 90% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma queda de 26,50% em relação ao índice do ano anterior. Apesar disso, constata-se que o índice da vara foi bastante semelhante à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e superior à média geral do TRT da 4ª Região em 9,97 pontos percentuais.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até abril)	Varição 2015-2016
Itaqui - Posto Avançado	12,05%	12,25%	1,71%	2,70%	-77,98%
Unidades similares*	10,90%	11,95%	9,63%	5,99%	-49,82%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	8,97%	-41,73%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

\*\* Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]



Quando considerado o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pelo Posto Avançado de Itaqui em 2015 foi de 12,25% do número total de execuções a encerrar – resultado 1,71% superior ao verificado em 2014. Esse resultado foi abaixo da média geral do TRT da 4ª Região, mas ficou praticamente igual à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual.

### 3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até junho)	Varição 2015-2016
(B) Processos com Inclusão de Devedor no BNDT	37	16	-56,76%	22	37,50%
(C) Processos com Exclusão de Devedor no BNDT	14	19	35,71%	17	-10,53%
(D) Processos com Devedores Inscritos no BNDT	<b>479</b>	<b>485</b>	<b>1,25%</b>	<b>489</b>	<b>0,82%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pelo Posto Avançado de Itaqui, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.06.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 30.06.2016. Dessa consulta, **resultaram 02 processos** com execução encerrada definitivamente, mas com devedores inscritos no BNDT, consoante tabela que segue:

1	Processo nº 0010100-62.2015.5.04.0871
	Em 07.04.2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, o executado Anderson Boeira Floriano permanece inscrito junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.



2

Processo nº 1010000-03.2009.5.04.0871

Em 06.10.2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Patrícia Dias dos Passos permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

Sinala-se, ainda, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

### 3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até junho)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	23	11	13	13	15	4	5	5	4
<b>Antecipações de tutela</b>	6	6	2	4	5	1	3	3	1
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	0	0	4	2	1	3	0	0	2
<b>Embargos à execução</b>	9	8	7	13	9	6	17	4	17
<b>Embargos à arrematação</b>	0	0	0	1	0	0	0	0	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	0	0	0	1	0	1	2	1	2
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>34</b>	<b>30</b>	<b>15</b>	<b>27</b>	<b>13</b>	<b>26</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 34 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma queda de 10,53% em relação ao ano anterior. Observa-se, por outro lado, que o número de incidentes processuais julgados apresentou aumento de 20% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 25 para 30 processos.

Houve recuo no número total de incidentes processuais pendentes de decisão, de 26 para 15 processos, fato que se atribui, sobretudo, a um aumento no número de incidentes julgados no ano de 2015. Destaca-se, por fim, que, em 30.06.2016, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era de 26 processos (aumento de 73,33% em relação a 31.12.2015),



sendo que os embargos à execução eram a espécie que correspondia à maior parte dos incidentes processuais ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja, ainda, pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, tal como se demonstra nos exemplos que seguem:

1	Processo nº 0010052-40.2014. 5.04.0871
Em 12.12.2014 foi protocolada petição de embargos declaratórios pela reclamada. Em 17.12.2014 o processo foi despachado, sendo recebidos os embargos e determinada a notificação das outras reclamadas e do reclamante para manifestação. Os embargos foram julgados em 30.09.2015. Contudo, não foi dado andamento de autos conclusos para julgamento de embargos, motivo pelo qual o processo continua pendente no sistema.	
2	Processo nº 0010052.11.2012.5.04.0871
Em 27.08.2015 foram opostos <u>embargos à execução</u> pela reclamada. Os embargos foram julgados em 10.12.2015 mediante a utilização do andamento Decisão em Incidente Processual. Contudo, a conclusão utilizada foi Autos Conclusos para Despacho/Decisão e não Autos Conclusos para Julgamento de Incidente Processual.	

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Varição 2014- 2015	2016 (até junho)	Varição 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	84,06	215,87	156,80%	46,33	-78,54%
	Ordinário	207,37	278,82	34,46%	267,76	-3,97%
	Total	<b>198,19</b>	<b>269,89</b>	<b>36,18%</b>	<b>254,47</b>	<b>-5,71%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença no Posto Avançado de Itaqui apresentou um aumento de 36,18%, passando de 198,2 para 269,9 dias. No rito sumaríssimo, o prazo

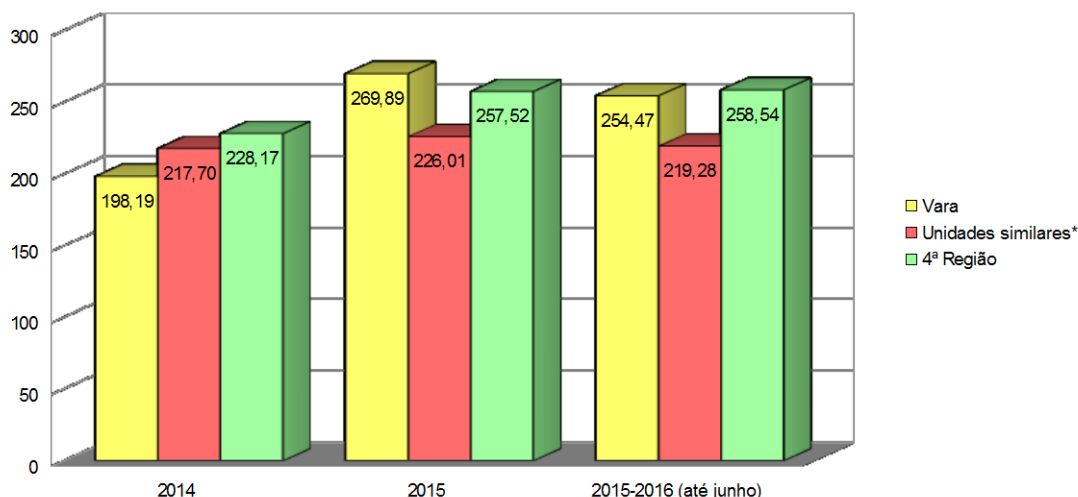


médio registrou aumento de 156,80% em relação à média do ano anterior, passando de 84,06 para 215,87 dias. Por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 278,82 dias, prazo este 34,46% superior ao do ano de 2014, que havia totalizado 207,37 dias.

Por sua vez, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 19,41% maior (43,88 dias) que a média do prazo identificado nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 4,8% maior (12,37 dias) que a média do prazo em todas as Unidades de 1ª instância do TRT4.

Outrossim, os dados do primeiro semestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi de 254,47 dias, resultado este 16,05% maior (35,19 dias) que o prazo médio constatado nas demais Unidades Similares mas 1,58% menor (4,07 dias) que o prazo médio verificado nas Unidades que integram a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de conhecimento



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até junho)	Varição 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	<b>Sumaríssimo</b>	..	82,8	Não aplicável	276,5	233,94%
	<b>Ordinário</b>	103,63	193,38	86,62%	246,65	27,55%
	<b>Total</b>	<b>103,63</b>	<b>183,33</b>	<b>76,91%</b>	<b>248,78</b>	<b>35,70%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, totalizou 82,8 dias, não

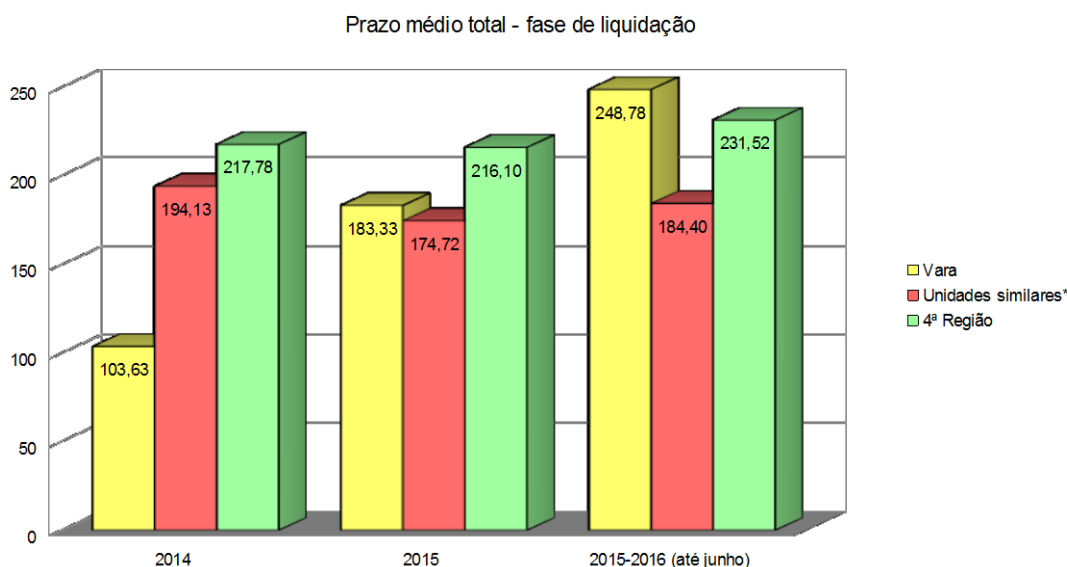




havendo dados referentes ao ano anterior para comparação. Em contrapartida, no rito ordinário o prazo médio alcançou 193,38 dias, com elevação de 86,62% em relação a 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos até o mês de junho, apontam uma tendência de novo aumento dos prazos médios entre o início e o encerramento da liquidação, tanto no rito ordinário quanto no rito sumaríssimo.

Constatou-se, ainda, que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 8,61 dias maior do que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual, mas 32,77 dias menor na comparação com a média dos prazos observados pelas Unidades de 1ª instância de toda a 4ª Região.

Outrossim, os dados do primeiro semestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 34,91% superior (64,38 dias) ao prazo médio nas demais Unidades Similares e 7,46% superior (17,26 dias) ao prazo médio verificado na demais Unidades integrantes da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo:



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até junho)	Varição 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	483,17	399,33	-17,35%	391,60	-1,94%
	Ente público	906,94	..	Não aplicável	1.110,00	Não aplicável
	<b>Total</b>	<b>636,45</b>	<b>399,33</b>	<b>-37,26%</b>	<b>476,12</b>	<b>19,23%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de

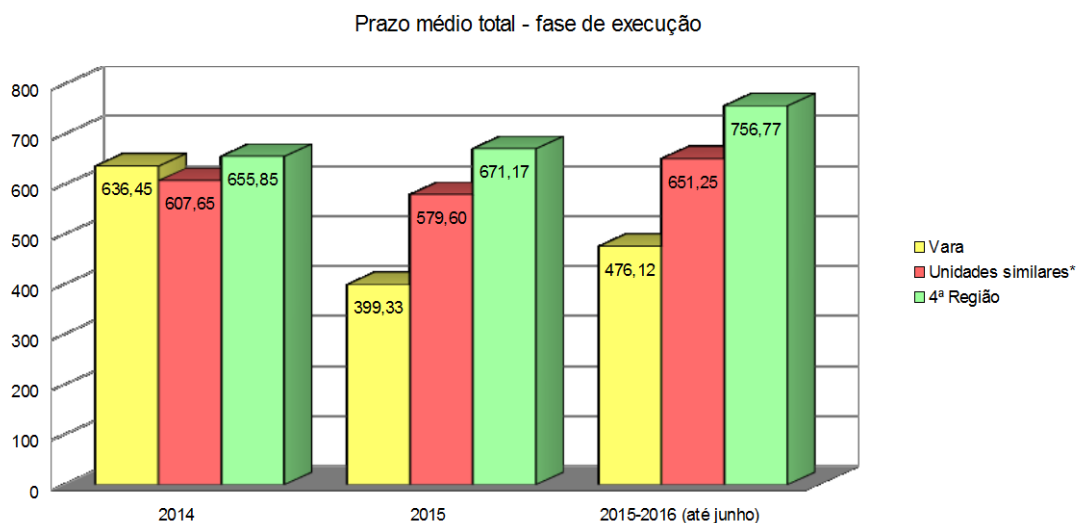


execução, nos processos em que o executado era ente privado, diminuiu de 483,17 dias, em 2014, para 399,33 dias, em 2015. Em 2016 (até 30.06), a média apresentou queda para 391,6 dias, prazo este 1,94% menor do que o do ano de 2015.

Quando o executado era ente público, muito embora não haja dados relativos ao ano de 2015 nesse quesito, o prazo aferido ao final do mês de junho de 2016 totalizou 1.110 dias, refletindo aumento em relação aquele constatado ao final do ano de 2014, de 906,94 dias.

Quanto ao prazo médio total, este encerrou o ano de 2015 contabilizando 399,33 dias, o que traduz uma redução de 37,26% em relação ao prazo médio total do ano de 2014 (636,45 dias).

Constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução no Posto Avançado de Itaquí foi 31,10% inferior (180,27 dias) à média das Unidades da mesma faixa de tramitação processual e 40,5% inferior (271,84 dias) à média de toda a 4ª Região no ano de 2015. No ano de 2016, analisado até o mês junho, novamente o prazo médio da unidade foi menor que o das unidades semelhantes e que a média geral do TRT, conforme aponta o gráfico abaixo:



## 5 METAS

### 5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.1.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
242	280	115,70%	Meta Cumprida



**5.1.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
156	155	99,36%	Meta cumprida

**5.1.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
90	90	100,00%	Meta cumprida

\* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.1.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
7	7	100,00%	Meta cumprida

**5.1.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0
2º	Estado do Rio Grande do Sul	1	0
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	16	4
5º	União	0	1
6º	OI S.A.	0	1
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	1	1



8º	Caixa Econômica Federal - CEF	0	0
9º	Banco do Brasil S.A.	1	2
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
Total em 2014		Total em 2015	Grau de Cumprimento
19		9	-52,63%
			<b>Meta cumprida</b>

### 5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	198,19	269,89	<b>196,21</b>	<b>Meta não cumprida</b>

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
<b>Total de acordos</b>	131	115	123	153	<b>125</b>	<b>Meta cumprida</b>

## 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 30.06.2016	Solucionados até 30.06.2016	%	Resultado parcial (até 30.06)
113	104	<b>92,04%</b>	<b>Período insuficiente para apuração</b>

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ
-----------------



Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 30.06.2016	%	Resultado parcial (até 30.06)
144	141	<b>97,92%</b>	<b>Meta já cumprida</b>

**5.2.3 Meta 3:** “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 30.06)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 30.06)
<b>Total de acordos</b>	131	115	123	58	<b>126</b>	<b>Período insuficiente para apuração</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	10,92	9,58	10,25	9,67	<b>10,5</b>	

**5.2.4 Meta 5:** “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016 (até 31.05)	Execuções baixadas* em 2016 (até 30.06)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 30.06)
58	38	<b>65,52%</b>	<b>Meta ainda não cumprida</b>

Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pendente apenas pagamento de custas processuais.

**5.2.5 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta já cumprida</b>

**5.2.6 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.05.2016)
<b>1º</b> Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0
<b>2º</b> União	1	1



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

3º	Estado do Rio Grande do Sul	0	0
4º	Caixa Econômica Federal - CEF	0	0
5º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	4	3
6º	OI S.A.	1	5
7º	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	0	1
8º	Claro S.A.	0	0
9º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
10º	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	0	1

Total em 2015	Total em 2016 (até 30.06)	Percentual atingido	Resultado
6	11	83,33%	Meta ainda não cumprida

## **6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES**

### **6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA**

A Unidade realiza sessões de audiências a cada 15 dias, às quartas-feiras, pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada no quadro abaixo:

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã			6(I) 1(U) 2(P)		
Tarde			3(I) 1(U) 3(P)		

(Fonte: Informação da Assistente-Chefe do Posto em 16.08.2016)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento

Todos os processos são incluídos em pauta, à exceção dos processos movidos apenas contra o município de Itaqui. Como os processos são distribuídos em São Borja, não há marcação automática de pauta.



## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
<b>Inicial</b>	28.09.2016		28.09.2016	
<b>Una Sumaríssimo</b>	31.08.2016		14.09.2016	
<b>Instrução</b>	15.02.2017		15.02.2017	

(Fonte: Informação da Assistente-Chefe do Posto em 16.08.2016)

Segundo a Assistente Chefe do Posto, há pouquíssimos processos ajuizados pelo rito sumaríssimo. Ainda, informou que o juiz usufruiu de um período de férias em julho (21 dias) e que nesse período não houve pauta. Para compensar, no mês de novembro está designada uma pauta extra: serão três pautas no mês: dias 10, 17 e 30.

## 6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias) – Audiência inicial						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até junho)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência	<b>Sumaríssimo</b>	65,8	75,22	14,31%	59,09	-21,44%
	<b>Ordinário</b>	50,86	55,15	8,43%	49,41	-10,40%
	<b>Total</b>	<b>52,5</b>	<b>56,78</b>	<b>8,15%</b>	<b>50,51</b>	<b>-11,04%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo aumentou de 65,8 dias, em 2014, para 75,22 dias, em 2015 (acréscimo de 14,31%). Da mesma forma, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário foi elevado de 50,86 dias, em 2014, para 55,15 dias, em 2015 (aumento de 8,43%). O prazo médio total apresentou aumento de 8,15%, subindo de 52,5 dias, em 2014, para 56,78 dias, em 2015.

Em 2016, a Unidade apresentou prazo médio total de 50,51 dias, refletindo queda de 11,04% em comparação com o prazo identificado ao final do ano anterior.

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis indicam um prazo menor do que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão.



## 6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias) – Audiência de instrução						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	28,89	2,09	-92,77%	6,78	224,40%
	Ordinário	199,88	205,21	2,67%	141,04	-31,27%
	<b>Total</b>	<b>183,51</b>	<b>158,49</b>	<b>-13,63%</b>	<b>126,65</b>	<b>-20,09%</b>

Quanto as audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, como o número de ações nessa modalidade é irrisório, o dado não é significativo. O rito ordinário, por sua vez, registrou elevação da média 2,67%: de 199,98 dias, em 2014, para 205,21 dias, em 2015. No geral, o prazo médio das audiências de instrução foi reduzido em 13,63% segundo os dados estatísticos constantes da tabela supra.

## 6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2015					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Adair João Magnaguagno	227	164	34	2	<b>427</b>

2016 (até junho)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Adair João Magnaguagno	91	67	10	3	<b>171</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

## 6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

## 6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, o juiz compareceu regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.





## 6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2015						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Adair João Magnaguagno	152	67	3	222	19	<b>241</b>
Átila da Rold Roesler	0	9	0	9	2	<b>11</b>
Jaqueline Maria Menta	1	9	0	10	0	<b>10</b>
Laura Balbuena Valente Gabriel	0	14	0	14	0	<b>14</b>
Rachel de Souza Carneiro	0	3	0	3	0	<b>3</b>
Marcelo Bergmann Hentschke	0	0	0	0	1	<b>1</b>

2016 (até junho)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Adair João Magnaguagno	57	37	0	94	8	<b>102</b>
Jaqueline Maria Menta	1	0	0	1	0	<b>1</b>
Átila da Rold Roesler	0	1	0	1	0	<b>1</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

## 6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juiz Titular Adair João Magnaguagno	Processos de Cognição	16
Juiz Titular Adair João Magnaguagno	Embargos à Execução	06
Juíza Substituta Laura Balbuena Valente Gabriel	Embargos Declaratórios	02
<b>Total: 24 processos</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 15.08.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 27.06.2016)

\* A listagem das sentenças pendentes há mais de 50 dias consta ao final do presente relatório de correição.

## 7 ROTINAS DE SECRETARIA



## **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS**

Via de regra, os despachos são minutados e ficam aguardando a assinatura do Juiz, que comparece na unidade a cada quinze dias. Nos casos urgentes, são minutados de imediato e assinados no sistema pelo Juiz, em São Borja. O cumprimento, quanto a notificações e ofícios, é feito tão logo estejam assinados.

As notificações para a Procuradoria Regional Federal são pouco frequentes. Na prática, os processos são enviados pelo correio diretamente à sede de Uruguaiana.

## **7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S**

Mandados, precatórios e RPV's são expedidos à medida que surgem e ficam aguardando a assinatura do Juiz.

## **7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**

Os alvarás são expedidos de imediato, tão logo recebidas as guias de pagamento, e são assinados quando o Juiz comparece no Posto (a cada quinze dias).

## **7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO**

O volume de petições recebidas no posto é muito variável. No geral, nas semanas em que o Juiz comparece no Posto, há maior volume de peticionamento. De qualquer sorte, as petições são analisadas em, no máximo, 48 horas. No dia da inspeção (16.08.2016) estava sendo despachado o protocolo de 12.08.2016, tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos. Importante ressaltar que as petições relativas a cálculos são remetidas juntamente com o processo para a Vara de São Borja, para análise pelo juiz.

## **7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO**

Há certificação de prazo todas as sextas-feiras, dia em que é certificado o prazo relativo a toda a semana anterior, nos processos físicos. Nos processos eletrônicos estão sendo certificados os prazos dentro da mesma semana.

## **7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT**

Há remessa de processos ao TRT todas as terças-feiras. Entretanto, nem sempre há processos para serem remetidos.

## **7.7 CONVÊNIOS**

A Unidade utiliza os convênios BacenJud, RenaJud e InfoJud.

## **7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS**

O arquivamento de processos é feito pelo menos uma vez a cada dois meses, em razão da falta de servidores.

## **7.9 EXECUÇÃO REUNIDA**

A Unidade não tem execuções reunidas.



## 7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição no BNDT é feita quando do retorno da ordem negativa de bloqueio no BacenJud. A retirada do BNDT é determinada no despacho que extingue as execuções.

## 7.11 EXAME DOS LIVROS

### 7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo para Devolução
1	0010027-90.2015.5.04.0871	02.05.2016
2	0010042-93.2014.5.04.0871	29.06.2016
3	0010015-81.2012.5.04.0871	12.07.2016
4	0010136-46.2011.5.04.0871	12.07.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.08.2016)

Conforme a Assistente-Chefe, as cobranças de cargas, quando necessário, são feitas por telefone.

### 7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo para Devolução
1	8018000-04.2008.5.04.0871	22.04.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.08.2016)

### 7.11.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

Mediante consulta ao sistema inFOR, na data de 15.08.2016, não foi constatada a existência de quaisquer mandados pendentes de cumprimento na Unidade Judiciária há mais de 10 dias contatos da data da inspeção correcional.

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 15.08.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **56 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.



## 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0010054-10.2014.5.04.0871
<b>Fase:</b> Arquivado <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> termo de juntada com informações imprecisas: o termo lançado à fl. 232v refere “petição da perita”, quando, na verdade, deveria referir a juntada dos “cálculos de liquidação”. <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
2	Processo nº 0010028-75.2015.5.04.0871
<b>Fase:</b> Execução. <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação Processual:</b> Nada a apontar.	
3	Processo nº 0010098-29.2014.5.04.0871
<b>Fase:</b> Execução <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> ordem de juntada não observada: carta de preposição juntada, contrato social e instrumentos de procuração das reclamadas juntados fora de ordem (fls. 71-75). (Art. 67 da CPCR) <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
4	Processo nº 0010014-28.2014.5.04.0871
<b>Fase:</b> Conhecimento <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> Folhas em branco sem a correspondente inutilização (fls. 41-48) (Art. 71 da CPCR). <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
5	Processo nº 0010022-39.2013.5.04.0871
<b>Fase:</b> Execução <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> nada a apontar. <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
6	Processo nº 0010165-91.2014.5.04.0871
<b>Fase:</b> Execução <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> nada a apontar. <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
7	Processo nº 0010119-05.2014.5.04.0871
<b>Fase:</b> Execução <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> nada a apontar. <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
8	Processo nº 0010147-36.2015.5.04.0871
<b>Fase:</b> Execução <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> nada a apontar. <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	



<b>9</b>	<b>Processo nº 8017800-94.2008.5.04.0871</b>
<b>Fase:</b> Execução <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> 1) Ausência de informação imprescindível nos termos de carga: não consta o número de telefone do Procurador do reclamante nos termos de carga das fls. 82 e 136. <b>Movimentação Processual:</b> Ata de audiência (fl. 64) retificada pelo Secretário de Audiências, sem qualquer determinação do Juiz.	
<b>10</b>	<b>Processo nº 001051-73.2015.5.04.0871</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> nada a apontar. <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 15.08.2016.

Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:	
0010129-49.2014.5.04.0871	
Demora no impulso processual – Processos Exemplos:	
8042100-57.2007.5.04.0871	0027600-11.1996.5.04.0871
Registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0010008-84.2015.5.04.0871	0010012-24.2015.5.04.0871
0010152-29.2013.5.04.0871	8016100-69.1997.5.04.0871
010128-98.2013.5.04.0871	

## 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

A Assistente-Chefe do Posto informou que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

## 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

A Assistente-Chefe do Posto informou que há liberação do depósito recursal somente quando postulada pelo reclamante ou quando requerida pelo devedor, após a citação.



## 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, a Assistente-Chefe informou que a Unidade primeiramente faz consulta ao sistema BacenJud e efetua o bloqueio; após, cita o sócio dando ciência do bloqueio na mesma oportunidade.

## 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJE foi implantado na Unidade Judiciária em 03.09.2015.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 15.08.2016, ocasião em que o acervo processual PAJT de Itaquí contava com 129 processos na fase de conhecimento, nenhum processo na fase de liquidação, 10 processos na fase de execução e 74 processos arquivados.

Agrupadores	Quantidade de Processos
Processos com petições avulsas	1
Processos com habilitações nos autos não lidas	5
Processos com petições não apreciadas	10
Processos com audiências não designadas	7

Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos	Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos - 2016 - mês 12 - 12 a 16	13	0020003-87.2016.5.04.0871	27.05.2016
Aguardando Audiência	Aguardando audiência - Mês 08/2016 - dia 17	56	0020081-81.2016.5.04.0871	16.03.2016
Aguardando término dos prazos	Conhecimento	7	0020086-40.2015.5.04.0871	14.07.2016
Análise das Perícias	Conhecimento	17	0020226-40.2016.5.04.0871	08.06.2016
Análise do Conhecimento	Conhecimento	7	0020066-15.2016.5.04.0871	01.08.2016
Minutar Sentença	Minutar sentença - Dr. Adair	18	0020217-15.2015.5.04.0871	12.05.2016
Prazos vencidos	Conhecimento	3	0020169-22.2016.5.04.0871	02.08.2016



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Preparar Comunicação</b>	Conhecimento	1	0020169-56.2015.5.04.0871	12.08.2016
<b>Triagem Inicial</b>	Conhecimento	7	0020556-37.2016.5.04.0871	13.08.2016
<b>Aguardando Cumprimento de Providência - Exec</b>	Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - 2016 - mês 08 - 08 a 12	4	0020139-21.2015.5.04.0871	19.04.2016
<b>Aguardando término dos prazos</b>	Execução	1	0020487-05.2016.5.04.0871	09.08.2016
<b>Análise de Execução</b>	Execução	4	0020420-40.2016.5.04.0871	01.08.2016
<b>Minutar Decisão - Exec</b>	Execução	1	0020016-23.2015.5.04.0871	02.08.2016

Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos no dia 03.08.2016:

<b>1</b>	<b>Processo nº 0020200-76.2015.5.04.0871</b>
<b>Fase:</b> Execução – Carta Precatória <b>Movimentação Processual:</b> demora no impulso processual – despacho proferido em 15.12.2015 (ID 430b21d), determinando o cumprimento da Carta Precatória para Penhora, com expedição de certidão de cálculo em 19.01.2016 (ID c7a4c6f) e expedição de mandado de penhora e avaliação em 27.01.2016 (ID bb6dbc6).	
<b>2</b>	<b>Processo nº 0020306-04.2016.5.04.0871</b>
<b>Fase:</b> Execução <b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – despacho proferido em 14.07.2016 (ID b62b5c0), determinando o lançamento de conta atualizada e citação para pagamento em decorrência do descumprimento de acordo homologado. Em seguida, não é verificado o respectivo cumprimento.  Processo está na pasta “Análise de Execução” desde 14.07.2016.	
<b>3</b>	<b>Processo nº 0020206-83.2015.5.04.0871</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento <b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – petição protocolada pelo reclamante em 14.07.2016, com solicitação de expedição de seguro-desemprego (ID 21c3c38). Após, o despacho pertinente foi proferido em 27.07.2016 (ID bc2c792), ainda sem cumprimento.  Processo está na pasta “Análise do Conhecimento – Leandro” desde 27.07.2016.	
<b>4</b>	<b>Processo nº 0020163-15.2016.5.04.0871</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento <b>Movimentação Processual:</b> pedido de homologação de acordo protocolado pelas partes em 23.05.2016 (ID e3ad1db), com despacho subsequente proferido em 15.06.2016 (ID 54b9ce7).	



A Assistente-Chefe do Posto tem por hábito revisar as pastas de prazo porque, segundo ela, há processos que não são automaticamente remetidos para a pasta “prazo vencido” mesmo após decorrido o prazo.

Verificou-se uma boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico e boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, as quais são divididas por prazos, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

## **11 OUVIDORIA**

Constam na Ouvidoria deste TRT 03 expedientes relativos ao Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaquí durante o período correccionado: 02 no ano de 2015 e 01 neste ano de 2016, abaixo listados:

Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	2873/2015	0107600.03.1993.5.04.0871
	306/2015	0010043-83.2011.5.04.0871
2016	2203/2016	0010120.24.2013.5.04.0871

## **12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

O acervo processual da unidade tem se mantido constante. Os processos físicos ainda respondem por 70% do acervo. A liquidação é bastante enxuta. A execução sofreu um pequeno acréscimo de 2014 até o final do primeiro semestre desse ano. O prazo médio das fases de conhecimento e liquidação aumentou em relação a 2014.

O índice de processos solucionados por acordo na unidade está acima da média regional, o que é elogiável.

Segundo a Assistente-Chefe, a lotação do posto está incompleta: historicamente a lotação seria de quatro servidores, mas atualmente estão trabalhando somente dois servidores; por isso, muitas das rotinas estão comprometidas. Ademais, sempre houve grande rotatividade de servidores, o que também prejudica o andamento dos trabalhos.





Há problemas em relação aos Oficiais de Justiça. Embora haja duas vagas de Oficial de Justiça, há apenas um lotado, atendendo as demandas de Itaqui e São Borja, o que comporta uma extensa área física. O Oficial de Justiça comparece ao posto apenas uma vez a cada duas semanas e cumpre, basicamente, as diligências de execução. A Assistente-Chefe referiu que, por vezes, há problemas quanto ao cumprimento das notificações de audiência inicial na área rural do município, em locais onde os Correios não atuam, razão pela qual pensa em solicitar ao Juiz autorização para atuar, também, como Oficial de Justiça *ad hoc*, o que já fez no passado. Mencionou, ainda, que os advogados não reclamam da demora no cumprimento dos mandados e notificações, mas que, muitas vezes querem acompanhar as diligências, porque envolvem penhora e recolhimento de maquinário que eles ajudam a identificar.

A Assistente-Chefe e o servidor lotado no posto dividem todas as tarefas, sendo que ambos atuam no PJe. O estagiário é da área administrativa - na cidade não há faculdade de Direito -, atua no turno da tarde e faz os atendimentos de balcão e o protocolo. Destacou que não há mais processos físicos na fase de conhecimento, mas que há processos desarquivados ou na fase de execução com pedido de audiência para tentativa de conciliação. Ressaltou, ainda, a quase inexistência de processos distribuídos no rito sumaríssimo. As audiências são secretariadas pelo secretário de audiências de São Borja, que vem junto com o juiz nos dias de pauta.

As instalações da unidade são adequadas à movimentação processual local. O prédio encontra-se em boas condições.

A Assistente-Chefe solicitou sejam disponibilizados mais cursos para o pessoal do interior, como por exemplo, sobre o novo CPC.

Por fim, merecem ser parabenizados a Assistente-Chefe Margaret Leonora Kayser e o servidor Leandro Fraga Bergmann pela dedicação e comprometimento com o trabalho, resultando no adequado atendimento aos jurisdicionados.

## **13 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 5.1.6 (Meta do CNJ específicas da Justiça do Trabalho - 2015)**

Recomenda-se que a Unidade empenhe-se em promover a redução do prazo médio na fase de conhecimento, tendo em vista que não observada a diretriz definida na meta em epígrafe (item 5.1.6, a), estabelecendo a redução em 1% do prazo médio geral nas Unidades de primeiro grau da 4ª Região em que este ficou acima de 200 dias.

### **ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, tendo em vista, pelos dados levantados no primeiro semestre desse ano, o indicativo de não cumprimento.



### **ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta, tendo em vista o indicativo de não cumprimento.

### **ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução.

### **ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano.

### **ITEM 9 (PJE)**

Recomenda-se que a Secretaria:

- a) Atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, em especial, no que concerne à efetivação dos atos de constrição patrimonial estabelecidos em fase de execução de ofício ou a pedido das partes.
- b) Atente para a necessidade da efetivação dos atos de lançamento de conta e expedição de alvará logo após a publicação dos despachos ou decisões nesse sentido.
- c) Aprecie, com brevidade, as petições protocoladas, em especial, no que concerne à expedição de alvará e homologação de acordo celebrado entre as partes.

## **14 DETERMINAÇÕES**

### **14.1 SECRETARIA**

#### **ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)**

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos 0010100-62.2015.5.04.0871 e 1010000-03.2009.5.04.0871**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011.



### ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos de declaração apresentados no processo n. **0010052-40.2014.5.04.0871**.
- b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução apresentados pela reclamada no processo n. **0010052.11.2012.5.04.0871**.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

### ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.112 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

### ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) observe o que dispõe o item III do artigo 53 da CPCR quanto ao registro do número do telefone e/ou endereço eletrônico do advogado;
- b) observe a ordem de juntada dos documentos apresentados em audiência, prevista no art. 67 da CPCR;
- c) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- d) abstenha-se de retificar ata de audiência sem determinação do Juiz.

### ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **56 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento



de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto:

- a) archive o processo n. **0010129-49.2014.5.04.0871**, dentre outros;
- b) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de n. **8042100-57.2007.5.04.0871** e **0027600-11.1996.5.04.0871**, dentre outros;
- c) atualize os registros de processos como os de n. **0010008-84.2015.5.04.0871**; **010128-98.2013.5.04.0871**; **0010152-29.2013.5.04.0871**; **0010012-24.2015.5.04.0871** e **8016100-69.1997.5.04.0871**, dentre outros.

## 14.2 JUÍZES

### ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que os Juízes Adair João Magnaguagno e Laura Balbuena Valente Gabriel, profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados ao final deste relatório, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão. O prazo para cumprimento dessa determinação deverá ser informado a esta Vice-Corregedoria, em dez dias.

## 15 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria do Posto, das 11h às 11h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa Unidade Judiciária. Compareceram o Presidente da OAB, Subseção Itaquí, Sr. Mauro Rodrigues Oviedo e os advogados Delamar Vargas e Alexandre Sziymczak, os quais elogiaram o trabalho dos servidores do posto e do Oficial de Justiça Roberto Tomoyochi KaWano e solicitaram a lotação de mais servidores e mais um Oficial de Justiça. Compareceu, também, o Sr. Fabiano Campos Rodrigues para tratar de assunto processual. Por fim, o Vice-Corregedor concedeu entrevista ao vivo para as rádios Pitangueira e Cruzeiro do Sul, bem como para o repórter Marcelo Fortunato, do Jornal "Nossa Época".

## 16 PRAZO PARA RESPOSTA

A Assistente-Chefe do Posto deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

pormenorizada à Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## **17 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Assistente-Chefe do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaquí, Sra. Margaret Leonora Kayser, e pelo servidor Leandro Fraga Bergmann, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver, Assessora da Vice-Corregedoria, e Maria Eneida Giordani, Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

**Marçal Henri Figueiredo**  
**Vice-Corregedor Regional**



## **ANEXO 01**

LISTAGEM DE PROCESSOS COM INCIDENTES PROCESSUAIS PENDENTES HÁ MAIS DE 50 DIAS DA DATA DA CORREIÇÃO (POR MAGISTRADO):

### **Juiz Titular Adair João Magnaguagno - Instrução processual (16 processos)**

0010116-16.2015.5.04.0871  
0010001-58.2016.5.04.0871  
0010002-43.2016.5.04.0871  
0010196-77.2015.5.04.0871  
0020217-15.2015.5.04.0871  
0020065-64.2015.5.04.0871  
0020041-02.2016.5.04.0871  
0020220-33.2016.5.04.0871  
0020103-76.2015.5.04.0871  
0020006-76.2015.5.04.0871  
0020222-03.2016.5.04.0871  
0020201-61.2015.5.04.0871  
0020186-92.2015.5.04.0871  
0020071-37.2016.5.04.0871  
0020064-45.2016.5.04.0871  
0020068-82.2016.5.04.0871

### **Juiz Titular Adair João Magnaguagno – Embargos à Execução/Penhora (06 processos)**

0010212-02.2013.5.04.0871  
0010036-57.2012.5.04.0871  
0010045-82.2013.5.04.0871  
0010046-67.2013.5.04.0871  
0010110-14.2012.5.04.0871  
0010118-54.2013.5.04.0871

### **Juíza Substituta Laura Balbuena Valente Gabriel - Embargos de declaração (02 processos)**

0010046-33.2014.5.04.0871  
0010131-19.2014.5.04.0871

**Total: 24 processos**